

**A revolução
de 1974 – 75:
repercussão
na imprensa
internacional
e memória(s)**

**Rita Luís, Luciana Soutelo,
Carla Luciana Silva (coordenação)**

Organização

Instituto de História Contemporânea (IHC)
da Faculdade de Ciências Sociais e
Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL)

Grupo de História Global do
Trabalho e dos Conflitos Sociais



Luís, Rita, Soutelo, Luciana & Silva, Carla Luciana (Coords.). (2014) *A revolução de 1974-75: repercussão na imprensa internacional e memória(s)* [Documento eletrónico], Lisboa: IHC

Ficha técnica

Coordenação:

Rita Luís, Luciana Soutelo e Carla Luciana Silva

Revisão e formatação:

Rita Luís

Capa e Contracapa:

Workshop.es

ISBN: 978-989-98998-0-3

ÍNDICE

Introdução	4
1. La Iglesia portuguesa y la revolución de los claveles en las revistas católicas españolas <i>Ecclesia</i> y <i>Vida Nueva</i> (1974) Juan Manuel González Sáez	6
2. El impacto del 25 de abril en dos diarios de provincia: <i>la Voz de Asturias</i> y <i>la Nueva España</i> Miguel Ángel Pérez Suárez	22
3. El tratamiento informativo del comienzo de la Revolución de los Claveles en el diario español <i>ABC</i> Sergio Sánchez Collantes	30
4. <i>Cuadernos para el diálogo</i> ou uma possível visão antifranquista do processo revolucionário português Rita Luís	47
5. <i>Dove va il Portogallo?</i> As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética Marco Gomes	63
6. A Revolução na imprensa e na vida dos militantes de <i>Lotta Continua</i> . Giulia Strippoli	83
7. “Editoras da revolução”: a edição política no processo de transformação de Portugal Flamarion Maués	98
8. A memória pública sobre a Revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do <i>revisionismo histórico</i> Luciana Soutelo	114
9. A memória oral na construção de imagens da revolução no Alentejo Maria Antónia Pires de Almeida	128
10. Capitanes de abril en el aula. Cine y revolución Ana Paula Gonçalves, Manuel Pousa Castelo e Luis Velasco Martínez	143
11. A história ofuscada pelo acaso: Rui Ramos e a Revolução de abril como “um golpe de generais” Raquel Varela	155
Os autores.....	163

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

Marco Gomes

CEIS20

Na manhã do dia 19 de maio de 1975, a Comissão Coordenadora de Trabalhadores do diário República comunicou à Direção e à chefia de Redação, ambas de tendência socialista, que estas se deviam considerar exoneradas. Motivo: o República ter-se-ia dissimuladamente transformado numa ferramenta do Partido Socialista (PS), destruindo o património que o tornara paladino da unidade antifascista¹.

A Comissão Coordenadora composta por trabalhadores dos setores gráfico e administrativo, de orientação comunista e de extrema-esquerda revolucionária, nomeou então Álvaro Belo Marques como diretor interino, organizando piquetes que impossibilitaram a circulação dos redatores entre a sede do jornal e o exterior².

No mesmo dia 19, o “caso República” determinou irremediavelmente o curso da entrevista que Oriana Fallaci conduzia diante de Mário Soares. As primeiras palavras do líder socialista foram mesmo condicionadas pela persistência do telefone:

Você veio ver o que está a acontecer em Portugal, e eis o que acontece em Portugal. Recebi agora a notícia de que o diretor e os redatores do jornal *República* foram sequestrados pelos tipógrafos comunistas, os quais exigem que sejam afastados para impor o seus próprios diretor e redator chefe, naturalmente comunistas³.

A célebre jornalista italiana, numa primeira tentativa, lançou por duas vezes a pergunta “somente os comunistas, ou os comunistas juntamente com os militares?”⁴, à qual Mário Soares não respondeu por estar, intermitentemente, em contacto com o ministro da Comunicação Social, comandante Correia Jesuíno. Antes de insistir na mesma formulação linguística por mais três ocasiões, Fallaci transcreveu algumas passagens desse diálogo paralelo entre Mário Soares e Correia Jesuíno⁵:

[Soares] Senhor ministro, suponho que esteja ao corrente do que está acontecendo ao *República*.... Sim, exato... Não, senhor ministro. Raul Rego não é um fascista (...). Não, senhor ministro. Você conhece Álvaro Guerra, senhor ministro. E deveria saber que não existem dúvidas quanto ao antifascismo de Álvaro Guerra... (...). Tal ocupação é ilegal, e contrária à lei de imprensa, e ofende os valores da revolução, e nós socialistas não a toleraremos, senhor ministro. Não a toleraremos. Como? Não, senhor ministro... Espero, senhor ministro⁶.

¹ O *República* inspirava-se nos valores liberais e laicos do 5 de Outubro, tendo sido uma prestigiada voz de resistência ao Estado Novo. Os responsáveis pela Ação Socialista Portuguesa (incubadora do PS) conquistaram, no início dos anos 70, posição maioritária entre os acionistas da empresa.

² O Partido Socialista convocou uma manifestação, em frente à sede do jornal, que se prolongou até à madrugada do dia 20, altura em que o edifício do *República* foi evacuado sob proteção militar e selado.

³ Oriana Fallaci, “A colloquio con Soares”, *L’Europeo*, 6 de junho, 1975, 42.

⁴ São do autor todas as traduções de textos estrangeiros utilizados neste artigo.

⁵ O Ministério da Comunicação Social divulgou um desmentido a respeito da conversa telefónica mantida entre Mário Soares e o comandante Correia Jesuíno, reproduzida por Fallaci no texto da entrevista publicado na revista *L’Europeo*.

⁶ *Ibidem*, 42-43.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

A estada de Oriana Fallaci em Lisboa não ficaria concluída sem o elóquio com outro dos protagonistas da Revolução de abril e do “caso República”, Álvaro Cunhal⁷. Sobre o conflito na vetusta casa da Rua da Misericórdia, o secretário-geral comunista diria que a imprensa portuguesa era livre, seguia o curso do processo revolucionário, atribuindo aos operários o direito de impedir a permanência em funções de diretores e jornalistas contrarrevolucionários, de se recusarem a estampar-lhes os jornais. Concluindo:

Foi o que sucedeu no caso República. Os socialistas comportaram-se de uma forma histérica, provocaram um escândalo com o fim de lembrarem que tinham ganho as eleições. Na realidade, os operários revoltaram-se porque o República mais não fazia do que publicar ataques contra o PCP, calúnias contra o PCP, críticas à revolução. (...) Fizeram muito bem⁸.

Neste período da vida política portuguesa tornou-se recorrente os políticos e os militares produzirem as afirmações mais *ressonantes* no estrangeiro ou para a imprensa internacional. Oriana Fallaci recolheu estas importantes declarações no momento em que o “caso República” eclodiu, no momento em que a disputa em redor do jornal fundado por António José de Almeida permitiu, por um lado, ao Partido Socialista questionar pela primeira vez as intenções democráticas dos capitães de abril e, por outro, conferir relevância internacional ao problema da liberdade de imprensa e da definição do sistema político a implantar em Portugal.

A dimensão internacional do “caso República” atingiu, provavelmente, o seu ponto mais inflamado no contexto dos círculos políticos e intelectuais franceses, originando clivagens entre comunistas e socialistas e contrapondo concepções díspares de conceitos como a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. As repercussões em França constituem, de facto, os *acontecimentos discursivos* (Foucault, 2005) acerca dos quais a academia e a opinião pública portuguesas detêm, no âmbito desta temática, o mais sólido conhecimento, naturalmente enriquecido com os contributos de referência de Mário Mesquita (1994) e José Rebelo (1994).

As réplicas do evento que fraturou o Movimento das Forças Armadas (MFA) e representou um ponto de viragem no Processo Revolucionário Em Curso (PREC) não se esgotam, porém, no espaço público francês. O impacto foi igualmente notável em Itália. Além de recuperarem as apropriações temáticas e instrumentalizações políticas já iniciadas aquando do XIV Congresso do Partido Comunista Italiano (PCI), em março de 1975, os tremores de Lisboa fizeram chegar a polémica ao mais importante jornal italiano, o *Corriere della Sera*. O “caso República” rapidamente metamorfoseou-se no ‘caso Carnevali’ e deu azo a intensos debates sobre a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, sobre questões ético-profissionais e, em termos gerais, sobre a estrutura e a atividade da imprensa italiana num contexto democrático. Esta alomorfia que transformou um *caso* português num *caso* italiano colocou ainda em causa as condições internas de produção da informação no *Corriere della Sera* e questionou os

⁷ O Partido Comunista Português (PCP) divulgou um comunicado no qual considerava deturpadas algumas declarações do seu secretário-geral. A entrevista de Fallaci a Álvaro Cunhal constituiu um dos episódios mais mediáticos do PREC. Declarações como “Prometo-lhe que em Portugal não haverá Parlamento”, de Cunhal, originaram ainda mais polémica num período já de si altamente inflamado.

⁸ Oriana Fallaci, “La parola a Cunhal”, *L’Europeo*, 13 de junho, 1975, 44.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

poderes atribuídos aos conselhos de fábrica e de redação do colosso milanês.

Este estudo pretende analisar a receção do ‘caso República’ nos meios políticos e jornalísticos italianos, tentando responder à seguinte pergunta: quais as repercussões políticas e o impacto mediático do “caso República”? O corpus é constituído por editoriais, notícias, comentários e artigos de opinião publicados na imprensa italiana de *referência (qualities)* e nos jornais *partidários* ou de *tendência*, entre maio e agosto de 1975. Estabeleceram-se três parâmetros metodológicos:

a) *Considerações sobre o curso da revolução portuguesa*. Procura-se desconstruir a moldura interpretativa (*frame*) através da qual as instâncias de enunciação, em Itália, produziram os vários discursos sobre os acontecimentos portugueses. Isto é: discorrer acerca dos elementos que conferem sentido, segundo Goffman (1986: 10-11), às situações “construídas de acordo com os princípios de organização que governam os eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles”. O quadro interpretativo corresponde ao conjunto de ideias-força que emana de uma autoridade expressa (italiana) a respeito do *Outro* (português). Esta autoridade, exemplarmente problematizada por Edward Said (1995) no seu *Orientalismo*, é sustentada a partir de uma consciência geopolítica (cultura ocidental, valores democráticos) que emite juízos sobre o real presenciado.

b) *Apropriação temática e instrumentalização política*. O objetivo consiste em identificar, no espaço público italiano, as conjunturas políticas e os contextos temáticos que presidiram à formulação de discursos tendentes a retirar proveitos políticos a partir dos eventos portugueses. Recorre-se ao conceito de espaço público teorizado por Jürgen Habermas (1997: 92-98), segundo o qual esta esfera designa um lugar constituído por diversos públicos e campos discursivos, assumindo a forma de uma rede através da qual circulam conteúdos, tomadas de posição e opiniões. Essa *estrutura comunicacional*, dominada pelo meios de comunicação e por uma audiência que exerce um julgamento crítico, pressupõe que todos os assuntos poderão alcançar existência pública a partir do momento em que adquirem o estatuto de interesse geral. No espaço público luta-se por uma influência que pode ser política ou relacionada com o prestígio de grupos de pessoas e de especialistas, estando dependente do assentimento de um público de leigos que possui os mesmos direitos.

c) *Repercussões no setor de informação*. Importa analisar o discurso *metajornalístico* dos atores afetos ao campo do jornalismo em Itália, discurso que deve ser entendido à luz de uma narrativa autorreferencial⁹ sobre o setor da informação e, em particular, sobre o tratamento da informação no *Corriere della Sera*.

Contextualização e chave de leitura

Quando, a 26 de abril de 1974, o editorialista do *Corriere*, Michele Tito, escreveu que a mais velha

⁹ A noção de *narrativa autorreferencial* consiste em analisar o discurso dos profissionais do setor da informação sobre o *modus faciendi* do próprio jornalismo.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

ditadura do Ocidente caía como os imperadores da Roma decadente, não estava, por certo, persuadido a imaginar que Portugal ir-se-ia deslocar da periferia para o centro do mundo. Os acontecimentos decorrentes do golpe militar de 25 de abril de 1974 iniciaram um período singular na história do país. Poucas vezes os eventos políticos portugueses assumiram tão vasta dimensão na imprensa internacional como no biénio 1974-1975.

É seguro afirmar que a implantação da I República em 1910 também adquiriu fortes repercussões nos jornais além-fronteiras. Mas nunca com a intensidade e a duração que caracterizaram a *Rivoluzione dei garofani*. Portugal transformou-se, após a intentona de 25 de abril, numa espécie de *workshop* político para os círculos dirigentes, jornalísticos e intelectuais europeus, local de romagem para extrema-esquerda, ponto de fricção da ordem bipolar internacional da Guerra Fria que opunha o bloco ocidental ao bloco de leste.

No rescaldo do congresso comunista que consagrou a estratégia do *compromisso histórico*¹⁰, Sandro Ottolenghi¹¹ afirmava que os eventos portugueses haviam adquirido “reflexos inesperados principalmente em Itália”. Segundo o jornalista, em Lisboa jogava-se “uma carta muito importante no poker das relações de força e do futuro da Europa. Talvez mesmo do mundo”.

A Revolução de abril agitou a opinião pública italiana, de que são exemplo os incidentes entre estudantes democratas-cristãos e grupos de extrema-esquerda em Pistoia (março de 1975) e a concentração de milhares de pessoas em Roma (abril de 1975), na Piazza della Repubblica¹², em solidariedade com o povo português e com o MFA. Ou, igualmente na capital romana, a manifestação comemorativa do sucesso dos socialistas de Mário Soares nas eleições de 25 de abril de 1975, organizada pela Federazione Giovanile Socialista (abril, 1975).

Em Itália, a *questão portuguesa* originou acaloradas contraposições de ideias no âmbito de sessões parlamentares, dos meios de comunicação, das estruturas políticas regionais (municípios) e da sociedade civil (associações, clubes). Colocou em trânsito um número significativo de personalidades entre Portugal e Itália, desde jornalistas, deputados, militares, dirigentes dos aparelhos partidários, presidentes de câmara, sindicalistas, ativistas, intelectuais, artistas e, entre outros, *turistas políticos*. Suscitou solidariedades institucionais, paralelismos históricos e implexas sequências analógicas que serviram de pretexto para instrumentalizações e discussões ao nível da política interna. Deste fator derivou uma não menosprezável produção caricatural e cartoonista que conciliou o jogo de referências às personalidades e aos acontecimentos portugueses com o mapa político autorreferencial italiano.

Além de incidir, igualmente, no setor da informação italiano e de despoletar as questões atrás mencionadas na sequência do ‘caso República’, a transição para a democracia em Portugal comportou

¹⁰ Projeto que propunha a aliança entre comunistas, democratas-cristãos e socialistas, as forças que representavam a maioria do povo italiano, do proletariado aos camponeses, dos católicos aos laicos.

¹¹ Sandro Ottolenghi, “Parlano i capi del Portogallo”, *L’Europeo*, 3 de abril, 1975, 28.

¹² Manifestação organizada pela esquerda extraparlamentar.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

determinados valores impossíveis de ignorar no contexto do processo de democratização das Forças Armadas italianas, processo bastante mediático e ecoante em cidades como Roma e Milão. Foi, por exemplo, na capital romana que alguns incidentes entre grupos de extrema-esquerda e Mário Soares alimentaram o debate sobre vandalismo organizado pelo diário *Il Messaggero*. Os valores surgidos com o 25 de abril foram ainda interpretados pelos setores laicos como uma oportunidade para rever a concordata vigente, assinada entre o governo italiano e o Vaticano, em matéria de legislação matrimonial (questão do divórcio).

Sempre em Itália, a queda do Estado Novo lançou novos dados sobre a atividade dos grupos de extrema-direita, sobre a *strategia della tensione* e, em sentido lato, sobre o terrorismo. A nova ordem impulsionada pelos capitães revelou as verdadeiras posições do embaixador italiano em Lisboa, Girolamo Messeri, sobre a evolução do processo político português, posições que redundaram em polémica devido ao modo como os interesses diplomáticos de Roma estavam a ser representados em Portugal. Girolamo Messeri foi, aliás, o grande protagonista do ‘caso Ghioto’ que contribuiu para acentuar a fratura entre o setor da informação e o poder político ao nível da liberdade de imprensa e da independência dos jornalistas.

O curso político no imediato pós-25 de abril coroou, por outro lado, um modelo de sindicato (*unicidade*) que, em Itália, importava rejeitar no domínio da unidade sindical, outra matéria em foco na agenda pública. E acentuou ainda mais a celeuma em redor do *eurocomunismo* e da *unidade da esquerda*. Também do ponto de vista político originou tomadas de posição conjuntas por parte de forças políticas italianas (PCI e PSI¹³) em relação às clivagens existentes entre os partidos de Soares e Cunhal, aspeto que avolumou o rol de questões centradas na atuação do PCP e que se enquadram na necessidade de o líder dos comunistas italianos, Enrico Berlinguer, legitimar uma nova imagem do partido e o projeto do *compromisso histórico*.

O período de maior repercussão dos acontecimentos portugueses situa-se entre março e agosto de 1975. É um espaço temporal balizado, respetivamente, pelo XIV Congresso do PCI e pela declaração conjunta dos comunistas e socialistas italianos em apelo à unidade e ao acordo entre os partidos democráticos portugueses, sobretudo o PCP e o PS e entre esses e o MFA, como forma de superar a profunda crise que fraturava o panorama político em Lisboa durante o *Verão Quente*.

Os picos deste impacto, e das instrumentalizações políticas a ele associadas, ocorreram durante a reunião magna do PCI (18 a 23 de março) e a campanha eleitoral (18 de maio a 13 de junho) para as eleições regionais de 15 de junho. No primeiro caso, a polémica radicou no facto de os delegados da Democracia Cristã (DC) abandonarem os trabalhos do congresso comunista em sinal de protesto para com o decreto dos militares portugueses que suspendia a atividade do partido de Sanches Osório¹⁴.

O secretário-geral da DC, Amintore Fanfani, tudo fez para passar a ideia de que era indestrutível

¹³ Partido Socialista Italiano

¹⁴ Partido da Democracia Cristã (PDC).

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

o vínculo que unia os comunistas de Berlinguer aos comunistas portugueses defensores das medidas antidemocráticas adotadas pelos militares de abril. Em jeito de balanço, a revista *Espresso* disse que o partido de Cunhal não apenas se tinha inserido na reunião do PCI, fazendo-a, em parte, desviar do objetivo principal, como ainda havia reacendido, no movimento comunista internacional, uma velha e não resolvida questão: “como e em que modo os comunistas, depois de saídos da clandestinidade e do limbo da oposição, conseguem garantir, uma vez chegados ao poder, o livre exercício e a evolução da vida democrática”¹⁵.

No segundo caso, o jogo político continuou a apropriar algumas das temáticas dimanadas pela Revolução de abril, como constatou o diário bolonhês *Il Resto del Carlino*: “Os últimos acontecimentos de Portugal (fecho do jornal socialista pelos comunistas) foram ontem o assunto do dia (...). Não há dúvida de que no decorrer da campanha se continuará a falar de Portugal quase tanto como de ordem pública”¹⁶. Logo no início da campanha eleitoral, o “caso República”, sempre visto como um braço de ferro entre o PCP e o PS, transformou-se num banco de dados disponível para municiar manchetes, narrativas jornalísticas e discursos políticos: “De novo em primeiro plano a ‘questão comunista’ (...), Portugal inflama a campanha eleitoral (...) As lições de Lisboa”¹⁷; “Terrorismo e acontecimentos portugueses na polémica eleitoral”¹⁸; “Todos os olhos sobre Portugal”¹⁹.

A intelectual Rossana Rossanda²⁰ chegou a manifestar-se contra esse aproveitamento político: “O destino de Portugal assumiu para nós, em Itália, uma crucialidade que não consente ingerências de juízo”. Igualmente na área da extrema-esquerda, o diário *Lotta Continua* apoiava a posição dos trabalhadores às ordens do diretor Álvaro Belo Marques e, criticando os adversários do arco parlamentar, notava que o ‘caso República’ constituía “um acontecimento que os partidos políticos italianos, de facto, tomaram muito a peito, a avaliar pelo espaço concedido pela rádio e televisão, pelos jornais de partidos e os grandes jornais de informação”²¹.

Efetivamente, os textos de jornalistas e analistas políticos convergem no sentido em considerar Portugal um dos principais temas em foco neste período eleitoral, como demonstra eloquentemente Andrea Barbato²², na *Stampa*:

Não surpreende que os partidos falem mais de Portugal do que das finanças locais: estamos politicamente presbitas, o cravo de Mário Soares está mais próximo do que o défice municipal, o Rossio de Lisboa mais à mão do que a campanha de casa.

O ‘caso República’ encontrou a sociedade italiana numa atmosfera de profunda luta política

¹⁵ Gianni Corbi, “La via italiana e il vicolo portoghese”, *L’Espresso*, 30 de março, 1975, 6.

¹⁶ “Il Portogallo e l’Italia del dopo-elezioni”, *Il Resto del Carlino*, 21 de maio, 1975, 1.

¹⁷ Giovanni Valentini, “Il Portogallo arroventa la campagna elettorale”, *Il Giorno*, 21 de maio, 1975, 1.

¹⁸ Franco Cangini, “Terrorismo e fatti portoghesi nella polemica elettorale”, *La Nazione*, 23 de maio, 1975, 2.

¹⁹ Lugi Bianchi, “Tutti gli occhi sul Portogallo”, *Corriere della Sera*, 21 de maio, 1975, 1.

²⁰ Rossana Rossanda, “MFA e socialisti, un test per tutti due”, *il manifesto*, 22 de maio, 1975, 6.

²¹ “Gli occhi sul Portogallo”, *Lotta Continua*, 22 de maio, 1975, 1.

²² Andrea Barbato, “Con calma verso le elezioni”, *La Stampa*, 25 de maio, 1975, 3.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

caracterizada pelo discurso anticomunista da DC e pelos esforços de Enrico Berlinguer no sentido de, simultaneamente, desmistificar a dialética democrata-cristã e reafirmar a defesa das liberdades democráticas, do pluralismo político, da independência diante Moscovo, da permanência de Itália na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e na Comunidade Económica Europeia (CEE). A retórica que fazia recordar a doutrina Truman de contenção do expansionismo *vermelho* contava ainda com o contributo dos restantes setores conservadores, sempre prontos para engrossar as acusações de que o PCI aplicava habilmente a conceção leninista de tomada do poder e da ditadura do proletariado.

Ao lado do confronto hegemónico entre democratas-cristãos e comunistas, polarizador de todas as atenções, gravitava um PSI apostado em intrometer-se nesta equação bipolar e vincar a sua autonomia em relação ao PCI, em conquistar espaço e redimensionar a dominância conservadora da DC tendo em vista novos equilíbrios políticos, um novo modo de governar. No auge deste confronto político, a *questão portuguesa* transformou-se, em Itália, num seminal jogo de espelhos. Foi apropriada por socialistas, comunistas, liberais, democratas-cristãos, socialistas-democráticos, republicanos, pela extrema-direita e extrema-esquerda, assumindo, por isso, a figura de um octógono onde cada uma dessas oito correntes políticas explorava o lado que a representava e lhe conferia úteis elementos discursivos para disputar a luta simbólica pela defesa de uma determinada perspetiva do mundo social.

É esta a chave de leitura que deve nortear a compreensão das repercussões políticas portuguesas em Itália. Recuperando as palavras de alguns analistas políticos, importa apenas lembrar que o comportamento dos partidos italianos no pós-II Guerra sempre foi influenciado pela política internacional.

Ampliando agora o ângulo de captura das narrativas a partir da imprensa, não se afigura ocioso detetar que a Revolução de abril encontra-se no centro de uma rede costurada por discursos sincrónicos e contíguos que tanto se sobrepõem como se complementam. A sucessão de Salazar-Caetano surge como uma das quatro questões capazes de perturbar a coexistência entre Washington e Moscovo e ameaçar, na Europa, o sistema de equilíbrios russo-americano²³.

A influência de elementos comunistas nos governos provisórios portugueses e a incerteza quanto à permanência do país na NATO são temáticas cuja dimensão mediática é relevante porque, primeiro, colocava problemas ao nível da defesa do bloco ocidental (base da Lajes, informação sobre armas nucleares) e, segundo, surgia ao mesmo tempo que outras duas questões nada tranquilizadoras para o sistema de defesa liderado pelos Estados Unidos: a) possibilidade dos comunistas franceses e italianos chegarem ao poder numa zona vital para a segurança do mediterrâneo; b) conflito do Chipre e consequente enfraquecimento do flanco oriental da NATO²⁴.

²³ As outras questões residem na sucessão de Franco, no futuro pós-Tito e na hipotética substituição do governo democrata-cristão em Itália e/ou na partilha de poderes com o PCI.

²⁴ O conflito do Chipre envolveu a Grécia e Turquia, dois membros da NATO. Teve como consequência a retirada da Grécia da organização de segurança atlântica e o embargo militar dos Estados Unidos à Turquia, perturbando o relacionamento entre estes dois países.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

Não é por acaso que Henry Kissinger²⁵ declarou em agosto de 1975, no âmbito da *Southern Commodity Producers Conference*, que a URSS não devia considerar a possibilidade de influenciar os acontecimentos em Portugal e contrariar o direito do povo em decidir o seu futuro. Trata-se de um claro aviso a Moscovo contra o apoio concedido ao PCP, em contradição, segundo o secretário de Estado norte-americano, com os princípios da declaração de Helsínquia sobre a segurança europeia.

Além de constituir objeto de polémica permanente no âmbito dos discursos de diversos partidos comunistas internacionais (URSS, China, Jugoslávia, Itália, França, Espanha, latino americanos), Portugal aparece, igualmente, como tema recorrente quando se fala das reuniões da CEE (ajuda económica a Lisboa dependente da evolução para um regime democrático) e da transição espanhola pós-Franco. No caso de Madrid, a questão consistia em saber, grosso modo, se o regime espanhol, depois da experiência vizinha, conseguiria dar um passo *indolor* em direção às liberdades democráticas, se estava em condições de evitar o contágio revolucionário português, a violência e as convulsões sociais, a anarquia e a indisciplina nas Forças Armadas.

Considerações sobre o curso da revolução portuguesa

O Partido Socialista aproveitou o “caso República” para, como já foi referido, questionar as intenções democráticas dos militares e apresentar o encerramento do jornal enquanto sinónimo do fim do regime de liberdade de imprensa em Portugal²⁶. O mediatismo relacionado com este episódio adquiriu relevância além-fronteiras devido à conjugação de dois fatores: de um lado, a pertinência das questões políticas e ético-profissionais associadas ao conflito e, do outro, a vigorosa campanha levada a cabo pelo PS ao nível da opinião pública internacional.

Em Itália, o somatório destes dois fatores com a campanha eleitoral para as *regionais* de 15 de junho provocou vastas e enérgicas reações em diversos quadrantes da sociedade. Flavio Orlandini²⁷, secretário-geral dos socialistas-democráticos (PSDI), enviou uma carta ao presidente da Internacional Socialista na qual solicitava uma reunião da organização em Lisboa para debater a *questão portuguesa* e, deste modo, demonstrar solidariedade com os socialistas e democratas portugueses. Já o presidente do Partido Liberal (PLI), Giovanni Malagòdi²⁸, interrogou, no parlamento, o presidente do Conselho e o ministro dos Negócios Estrangeiros sobre as informações que estes possuíam sobre o episódio do *República* e quais as diligências que pretendiam realizar, no âmbito das instituições internacionais, para fazer chegar aos militares de Lisboa a viva preocupação dos democratas italianos e europeus.

A *Federazione Nazionale della Stampa Italiana*, a *Ordine dei Giornalisti* e outros núcleos do setor da informação, como os jornalistas democratas-cristãos da província de Milão, emitiram

²⁵ “Kissinger: Mosca non interferisca in Portogallo”, citado *Corriere della Sera*, 15 de agosto, 1975: 2.

²⁶ Os membros socialistas do Governo suspenderam, em sinal de protesto, a participação no Conselho de Ministros. Regressaram a 6 de junho de 1975 depois de o PS ter recebido garantias do Conselho da Revolução quanto à restituição do *República* aos seus proprietários.

²⁷ Flavio Orlandini, “La lezione che viene da Lisbona”, *L’Umanità*, 20 de maio, 1975, 1.

²⁸ “Interrogazione Pli per il Portogallo”, *Il Resto del Carlino*, 22 de maio, 1975, 1.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

comunicados em solidariedade com Raul Rêgo e os redatores, demonstrando apreensão quanto ao curso da revolução. A mesma atitude norteou o comportamento de várias organizações sindicais. A Confederazione Italiana Sindacati Lavoratori apelou ao respeito pela diversidade das tendências ideológicas e referiu que conflitos como o do *República* não se conciliavam com a exigência de unidade dos trabalhadores e das forças populares.

Todos os partidos do arco parlamentar, comunistas incluídos, e a generalidade dos jornais de *referência* reprovaram a ação dos trabalhadores do *República*. A sentença dos ultraconservadores do Movimento Social Italiano (MSI), dos democratas-cristãos, socialistas-democráticos, liberais, republicanos e socialistas disseminou-se num tom implacável e bastante mais severo que aquele utilizado pelo PCI. As opiniões que enformam a harmonia dessa toada impiedosa convergem em considerar que os acontecimentos da Rua da Misericórdia eram de extrema gravidade e não faziam parte de uma história europeia. O risco de uma ditadura estava próximo.

As críticas evoluíram em duas direções: comunistas e militares. Sobre os primeiros recaiu o rótulo de antidemocráticos, preconizadores de uma estratégia de intimidação, tendo sido vistos como o partido que procurava, com lúcidas técnicas, apoderar-se progressivamente dos núcleos de poder (sindicato, administração local, meios de comunicação). Álvaro Cunhal foi acusado de querer implantar uma verdadeira ditadura, de utilizar métodos estalinistas como a violência, as detenções e a suspensão das liberdades democráticas, de querer pressionar o MFA para operar uma escolha entre marxismo e socialismo com o intuito de induzir os militares a reconhecerem nos comunistas os únicos interlocutores do processo político e, desta forma, afastar definitivamente o partido de Soares.

Os militares foram equiparados a grupelhos pequeno-burgueses que de marxistas nada possuíam, qualificados como autoritários e igualmente contrários aos valores democráticos, apostados em transformar o episódio do *República* num pretexto para implantar um sistema ditatorial. Foram acusados de manter uma aliança privilegiada com os comunistas que mais não constituía do que uma experiência de tipo peruana ou egípcia, um devaneio terceiro-mundista e um corpo perigosamente anómalo para a Europa. Ou ainda: uma aliança com a minoria comunista que se preocupava em *sovietizar* Portugal, propósito já manifestado aquando da suspensão do Partido da Democracia Cristã do sufrágio para a Assembleia Constituinte²⁹.

A posição dos comunistas italianos fez-se ouvir, primeiro, através de uma nota política contrária a qualquer tendência que, no contexto do desenvolvimento democrático, limitasse a função dos partidos, a pluralidade de vozes e o confronto dialético. O *L'Unità* denotou preocupação diante da ação conduzida pelos trabalhadores do jornal que refletia as posições socialistas, afirmando não poder estar de acordo com “métodos de intolerância”. Considerou, por último, essencial a unidade entre as Forças Armadas e o povo e a unidade, neste quadro, entre os partidos de esquerda³⁰.

²⁹ Cfr: “Strumentalizzazione e altro”, *Il Popolo*, 23 de maio, 1975, 16; “I socialisti in penitenza”, *Corriere della Sera*, 24 de maio, 1975, 1; “Per chi suona la censura”, *Il Giornale*, 22 de maio, 1975, 1.

³⁰ “Unità necessaria”, *L'Unità*, 20 de maio, 1975, 1.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

Ao longo do texto intitulado “Unidade necessária”, o PCI nunca mencionou o nome de Álvaro Cunhal nem conotou a iniciativa dos trabalhadores com o PCP, sendo por isso acusado de ambiguidade pelos seus adversários políticos. É, por outro lado, notória a intenção de reafirmar e justificar a sua conceção sobre o que deveria ser o comportamento de um partido comunista em sociedades democráticas: “Tudo isto entronca na nossa visão de princípio da luta pela democracia e o socialismo na Europa e daqui deriva a nossa convicta defesa da liberdade de imprensa e de informação”³¹.

Esta ambiguidade imputada ao PCI sobre o comportamento do PCP é a mesma ambiguidade que lhe foi atribuída pelos seus rivais políticos aquando do XIV Congresso de Roma, por não condenar abertamente a atitude de Cunhal em apoiar os militares quando se tratou de suspender o PDC – no discurso de encerramento dessa conferência, Berlinguer dissera que existia qualquer coisa nos eventos portugueses que não convencia o PCI. Ora é precisamente a partir do “caso República” e da nota política do *L’Unità*, de 20 de maio de 1975, que os dirigentes do PCI aprofundaram com mais acuidade a sua posição. A explicação para este fator reside, provavelmente, nas pressões que lhe foram direcionadas, em Itália e no estrangeiro, pelos meios de comunicação e oponentes políticos, no contexto da campanha eleitoral iniciada a 18 de maio, com o intuito de esclarecer o seu entendimento diante da *questão portuguesa* e, em particular, da conduta do PCP.

À medida que a campanha eleitoral se foi aproximando do epílogo, os dirigentes comunistas italianos optaram por um discurso mais contundente em relação ao partido de Cunhal, afirmando que determinadas orientações do PCP obrigavam a expressar discordância e que a visão do PCI sobre o avanço para o socialismo era diferente daquela que parecia inspirar os companheiros portugueses³². São questões que respeitam ao desenvolvimento da democracia, ao pluralismo, à autonomia dos sindicatos, à liberdade de opinião, de pensamento e de imprensa.

O impacto do “caso República” nos meios de comunicação não destoou daquele verificado nos círculos políticos. Arrigo Benedetti insurgiu-se contra os oito minutos concedidos ao acontecimento pelo telejornal da RAI-TV, no dia 21 de maio. Durante a semana que assistiu ao despoletar do conflito de Lisboa, os 12 jornais de *referência* mais proeminentes dedicaram-lhe dez editoriais e 14 notas políticas ou artigos de opinião. Já os sete órgãos da imprensa *partidária* afetos às forças políticas com assento parlamentar estamparam cinco editoriais e 12 comentários.

O *Giornale nuovo* publicou, em primeira página, uma entrevista com Raúl Rêgo e um artigo exclusivo assinado pelo diretor do *República* para o jornal milanês. Além dos cartoons publicados em vários jornais, o órgão oficial do PSDI, *Umanità*, e, por motivos diferentes, os diários de extrema-esquerda como o *Lotta Continua* e o *Quotidiano dei lavoratori* (favoráveis à posição dos trabalhadores) saíram à estampa com inserções da imagem gráfica do *República* nas primeiras páginas.

³¹ *Ibidem*.

³² “Non crociate, ma idee, programmi e fatti concreti”, *L’Unità*, 7 de junho, 1975, 2.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

A reprovação dos jornais de *referência* diante da ação da Comissão de Trabalhadores foi sempre acompanhada por enunciados expressivos: “A última praia”³³; “Um grave erro”³⁴; “Dramáticos desenvolvimentos do golpe comunista em Lisboa”³⁵. O *Corriere della Sera*, por exemplo, falou num gesto grave de “infantilismo político” dos operários e citou o *L’Unità* quando escreveu “intolerância”. Afirmou ainda que uma situação semelhante seria impossível em Itália uma vez que entre as condições dos trabalhadores italianos e aquela dos trabalhadores portugueses corria “uma imensa distância, como entre a terra e a lua”³⁶.

Apropriação temática e instrumentalização política

O período da Guerra Fria pode ser analisado, grosso modo, como um tempo produtor de duas grandes instituições corporativas, as democracias capitalistas e as sociedades comunistas preconizadoras da socialização dos meios de produção, duas instituições discursivas que mais não são do que *sedes de consciência histórica* (Ferro, 1985) dotadas de uma realidade material. Sem se querer deslustrar ou minimizar o papel de outras comunidades ideológicas nascidas para contestar a supremacia destas duas instituições dominantes, a Revolução de abril, na imprensa internacional, pode ser imaginada, em termos discursivos, como um rio cujas margens representam, de um lado, o Ocidente democrático e, do outro, o Leste comunista. No seu percurso para a foz, esse corpo de água fluente transformou-se num palco de disputa em que cada uma das margens (dos discursos) procurou exercer influência sobre o curso do rio.

Dito por outras palavras, trata-se de duas instituições ideológico-discursivas que se relacionaram entre si entronizando visões, selecionando-as, descrevendo-as, ensinando-as, emitindo juízos destinados a manter e a conquistar a adesão dos auditórios e a esconjurar os poderes e perigos da instituição oponente. A imprensa tornou-se um elemento constituído por essas visões e ao mesmo tempo constitutivo das suas narrativas.

O “caso República” é mais um episódio que entra na lógica desta disputa bipolar: Moscovo considera as ações dos socialistas portugueses contrarrevolucionárias e contrárias ao interesse do povo trabalhador, as suas especulações (reação do PS ao encerramento do República) pretendem – afirma a *Pravda* – diminuir o prestígio dos militares e são uma campanha de calúnias contra Portugal³⁷; o Presidente norte-americano, Gerald Ford³⁸, diz que um governo comunista em Lisboa não é compatível com as exigências da NATO – comentário em consonância com o discurso mediático dos Estados Unidos mais centrado nas consequências da influência comunista em Lisboa para a segurança ocidental do que nas características que marcaram os episódios do processo português.

³³ “L’ultima spiaggia”, *Il Tempo*, 21 de maio, 1975, 1.

³⁴ “Un grave errore”, *Il Messaggero*, 22 de maio, 1975, 1.

³⁵ “Dramatici sviluppi del colpo di mano comunista a Lisbona”, *Il Giornale nuovo*, 21 maio, 1975, 1.

³⁶ “La strada dell’intolleranza”, *Corriere della Sera*, 21 de maio, 1975, 1.

³⁷ “Accuse della ‘Pravda’ ai socialisti”, cit. *Corriere della Sera*, 26 de maio, 1975, 1.

³⁸ Cit. Dino Frescobaldi, “Ford: nessun isolazionismo”, *Corriere della Sera*, 31 de maio, 1975, 2.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

Esta dialética do quadro geopolítico internacional associada aos eventos portugueses repercutiu-se também em Itália, apresentando, porém, um enquadramento distinto. Isto é: não se trata de uma perspetiva sobre a Revolução de abril inspirada pelo confronto entre, por um lado, forças políticas preconizadoras de uma sociedade democrática de tipo ocidental e, por outro, um partido comunista fiel ao internacionalismo comunista e à ortodoxia de Moscovo, mas antes um horizonte em que essas forças democráticas italianas recusam, questionam e vigiam a autoinserção do PCI no campo da dialética pluralista e das regras democráticas. O “caso República” serviu para os primeiros procurarem embaraçar os segundos, tendo sido aproveitado pelos últimos para legitimar um processo evolutivo-revisionista – a *via italiana para o socialismo* – que conheceu um decisivo impulso a partir dos acontecimentos de Praga de 1968 e, sobretudo, da secretaria de Berlinguer.

A apropriação temática e a instrumentalização política do “caso República” processou-se conforme os argumentos apresentados nas tabelas 1 e 2. Os tópicos-síntese da tabela 1, coligidos a partir da imprensa *partidária*³⁹ e das intervenções de dirigentes políticos, correspondem às linhas de força de um discurso que uniu diferentes partidos (MSI, DC, PSDI, PLI, PRI) nas críticas quer aos socialistas e comunistas italianos, quer aos militares e comunistas portugueses. Os tópicos da tabela 2 equivalem aos argumentos do PSI, aferidos a partir do diário *Avanti!* e das declarações de dirigentes socialistas, tendentes a criticar as posições tanto dos democratas-cristãos, socialistas-democráticos e comunistas italianos, como do PCP e dos militares portugueses.

Argumentos associados à instrumentalização política do "caso República" em Itália
O PCI critica o PCP porque está na oposição e inserido num regime democrático com uma imprensa livre, pois deve ter em conta as reações da opinião pública. Mas, uma vez chegados ao poder, os partidos comunistas adotam a postura do silêncio perante o desrespeito pelos valores democráticos. Como seria o comportamento do PCI se estivesse no poder?
Os partidos comunistas têm uma vocação para o arbítrio e para a prepotência. As <i>vias nacionais</i> que o PCI defende conduzem sempre ao totalitarismo, pelo que a proposta do <i>compromisso histórico</i> é anacrónica, insidiosa e tática. O comunismo consiste também nos valores que inspiram o partido de Cunhal.
O PCI tem um comportamento ambíguo diante dos militares portugueses, ora realístico porque defende o pluralismo das forças democráticas, ora reticente e confuso porque tanto defende o papel do MFA como a unidade entre este corpo militar e os partidos de esquerda.
O ataque de Cunhal no <i>República</i> provocou embaraços ao PCI e reações justificadamente inflamadas no PSI. Apesar de Berlinguer tomar distância do PCP, os comunistas e socialistas italianos apenas se preocupam em atenuar as impressões negativas que a <i>questão portuguesa</i> repercute na opinião pública e na esquerda em Itália.
Aquilo que é hoje a <i>questão portuguesa</i> pode ser amanhã a <i>questão italiana</i> . Tanto mais será assim quanto maior for a inércia da esquerda italiana diante dos factos portugueses.
As lições de Lisboa confirmam a imutabilidade da natureza totalitária do comunismo. A autonomia que o PCI defende para todos os partidos comunistas constitui um sofisticado meio para conquistar o poder.
O PSI demorou a reagir com dureza ao “caso República” para não causar danos no PCI.
O PSI pede ao PCI para ser mais claro sobre os comunistas de Cunhal, mas depois acusa a DC de instrumentalizar o eventos portugueses para fins eleitorais.
O PSI protesta pela desgraça de Soares, mas depois, com medo de perder votos devido ao discurso anticomunista, revela timidez quando se trata de questionar o PCI sobre a conduta do PCP.

Tabela 1: Argumentos dos partidos situados nas seguintes áreas políticas: neofascismo, democracia-cristã, social-democracia, liberalismo e republicanismo.

³⁹ *Secolo d'Italia* (MSI), *Il Popolo* (DC), *L'Umanità* (PSDI), *L'Opinione* (PLI), *Voce Repubblicana* (PRI).

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

Argumentos associados à instrumentalização política do "caso República" em Itália
O “caso República” impõe que se faça uma pergunta aos comunistas italianos: Berlinguer deve dizer com clareza se o PCI pretende apoiar a política de Cunhal e dos militares tendente a impor severas limitações às liberdades que os portugueses conquistaram depois de decénios de ditadura.
A DC e o PSDI apenas se preocupam em fazer instrumentalizações dos eventos portugueses para obter proveitos ao nível da política interna .

Tabela 2: Discurso do Partido Socialista Italiano.

As narrativas dos opositores políticos do PCI denotam uma intenção de confrontar o partido com as problemáticas suscitadas pelo conflito da Rua da Misericórdia. Se o discurso das forças políticas da tabela 1, com destaque para a DC, radica em enunciados que encimam a bandeira do anticomunismo e procuram visar as relações entre socialistas e comunistas italianos, já a postura do PSI, na tabela 2, além das solidariedades manifestadas ante os companheiros lusitanos, também não ignora as questões que o “caso República” coloca em relação ao PCI, ainda que de forma bem mais modesta quando comparada com aquela utilizada pelos partidos da tabela 1.

Não obstante a generalidade dos jornais de *referência* reconhecer que o PCI não era mais um partido ortodoxo à imagem de Moscovo, os analistas e atores políticos deram seguimento à dinâmica do jogo político ancorada nos eventos portugueses como havia sucedido aquando do XIV Congresso do PCI. A ambiguidade imputada à secretaria de Berlinguer em relação à conduta do PCP ocupou, de facto, um lugar de destaque no âmbito dos argumentos utilizados pelos adversários, redundando, frequentemente, na pergunta: como podem os comunistas italianos reprovar os meios utilizados pelos militares e as conceções democráticas do PCP e, simultaneamente, advogar a união entre as forças de esquerda e o MFA?

O PCI respondeu às pressões afirmando que a estratégia da DC e das restantes forças conservadoras e moderadas consistia em prosseguir com o aproveitamento político do processo português em termos de cruzada anticomunista. O deputado Gian Carlo Pajetta⁴⁰ sustentou que ninguém tinha o direito de acusar o PCI de ambiguidade ou de reticências, uma vez que a análise que o partido fazia da situação em Portugal enquadrava-se no espírito de que as transformações sociais na Europa só podiam realizar-se no âmbito da unidade operária e da plena autonomia de qualquer país, tendo sempre a consciência de que a função histórica da classe operária só poderia ser bem sucedida através de uma política de amplas alianças, entendida como elemento fundamental para o desenvolvimento democrático das nações.

Não há dúvida de que a réplica comunista comportou um esforço de clarificação de posições, como se depreende pelas diversas intervenções que se seguiram à nota política de 20 de maio. Dois dias depois, sob o título “Clareza sobre Portugal”, o editorial do *L’Unità* mostrava-se decidido a rebater os ataques: “Liquidemos rapidamente a baixa instrumentalização que a DC de Fanfani e o seu quotidiano *Il Popolo* estão a tentar construir sobre os eventos portugueses”. O diretor Luca Pavolini escreveu que o

⁴⁰ Franco Bertone, “Il movimento comunista e la sinistra europea”, *Rinascita*, 30 de maio, 1975, 3.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

partido de Mário Soares tinha o direito de exprimir-se através das colunas de um órgão de imprensa, tal como outras forças antifascistas e democráticas tinham o direito de contestar o PS através dos próprios jornais ou meios de propaganda. Disse ainda que, em Portugal, não podiam ser positivas as intervenções dos militares quando se verificavam divergências entre os partidos. Relembrou, por último, que, dadas as peculiares circunstâncias em que o país se encontrava, sujeito a enérgicas reações saudosistas e a agitações aventureiras, a única forma de ultrapassar as dificuldades era através da unidade entre as massas populares, os partidos democráticos merecedores da sua confiança e as Forças Armadas⁴¹.

Repercussões no setor de informação: o “caso Carnevali”

O conflito do *República* ocupou os espaços nobres dos meios de comunicação italianos logo no dia 20 de maio. O *Corriere della Sera* publicou, na capa, um pequeno texto, secundado pela fotografia de manifestantes, que servia de introdução para a reportagem mais detalhada localizada nas páginas interiores. Renzo Carnevali, diretor dos serviços internacionais do *Corriere*, foi o autor da extensa chamada (não assinada) intitulada “Os comunistas ocupam o jornal socialista”. A peça apareceu na edição romana que cobria a maioria do território nacional.

A segunda edição do jornal, dedicada aos leitores da Lombardia e a algumas partes da península, reportou, porém, as ocorrências de Lisboa de forma mais anónima e ambígua, titulando “Tensão em Lisboa entre PC e socialistas”⁴². Motivo desta dissonância: redatores alteraram, na ausência do autor da peça, o título e partes do texto que haviam sido publicados na primeira edição do diário da *Via Solferino*.



Figura 1: Peça sobre o “caso República” nas duas edições do *Corriere*, do dia 20 de maio de 1975.

Em carta publicada no *Giornale nuovo* sob o título “Portugal na Rua Solferino”, Renzo

⁴¹ Luca Pavolini, “Chiarezza sul Portogallo”, *L’Unità*, 22 de maio, 1975, 1.

⁴² “Tensione a Lisbona fra PC e socialisti” (1ª ed.), “I comunisti occupano il giornale socialista” (2ª ed.), *Corriere della Sera*, 20 de maio, 1975, 1.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

Carnevali⁴³ explicou que “um grupo de redatores comunistas e filocomunistas” havia esperado que o autor do artigo se ausentasse para proceder às alterações. A razão da ação, segundo Carnevali, prendia-se com o facto de que a peça jornalística – principalmente o título – favorecia as pretensões de Amintore Fanfani e da sua DC. Mais: Carnevali aludiu ao comportamento de dois vice-diretores, Franco Di Bella e Michele Tito, afirmando que o primeiro admitira ter sofrido pressões mas nada fizera para evitar conflitos, enquanto o segundo lhe havia manifestado solidariedade e assegurado que se demitia caso o diretor Piero Ottone não tomasse medida alguma, posição que não manteve para se alinhar com a versão de Ottone.

[Renzo Carnevali] Uma vez que a imprensa italiana falou muito e ainda fala deste facto, é importante que se saibam dois elementos essenciais: que a Direção do *Corriere* deu implicitamente a sua permissão à censura recusando-se tomar medidas que a condenasse; e que um jornalista que preserve a sua dignidade e não queira fazer-se cúmplice de uma manipulação tendenciosa da notícia não pode dar, ao *Corriere*, outra satisfação que não demitir-se (...). Operaram a censura da censura.

Na opinião de Carnevali, a Direção dera implicitamente o seu consento à censura recusando tomar medidas que a condenasse, situação que estava em conformidade – asseverou – com a lógica do jornal e explicava porque a censura havia sido operada quase naturalmente e não tenha suscitado, no ambiente do *Corriere*, mais que tímidas reações. Depois de ter protestado junto da Direção contra a iniciativa dos redatores, o jornalista demitiu-se alegando o artigo 32º do contrato de trabalho que previa a rescisão unilateral quando por factos respeitantes à responsabilidade do diretor fosse criada uma situação incompatível com a dignidade profissional do jornalista. Não obstante considerar um erro a substituição do primeiro pelo segundo título, Michele Tito⁴⁴ desmentiu a versão de Carnevali, ao passo que o diretor Piero Ottone⁴⁵ declarou que tudo se processara na sua ausência, sublinhando, porém, tratar-se de uma modificação baseada em condições técnicas, desprovida de qualquer intenção censória ou facciosa manipulação política.

Sobre este mediático episódio o olhar externo e distante pode fazer três observações. Primeiro, a Direção e o Conselho de Redação nunca se pronunciaram nas páginas do jornal, o que denota, numa primeira análise, pouco interesse para esclarecer o sucedido. As únicas declarações surgiram por parte de Piero Ottone e Michele Tito e foram solicitadas por publicações externas ao grupo editorial Rezzoli⁴⁶, naturalmente interessadas em explorar o caso. Além de Carnevali, do diretor e do vice-diretor, somente o núcleo socialista do *Corriere* abordou o assunto, afirmando que as razões da intervenção dos redatores decorriam de motivações políticas e não técnicas, desmentindo, portanto, Ottone e Tito.

Em segundo lugar, o procedimento dos redatores encontrava-se em colisão com o estatuto interno dos jornalistas assinado a 3 de abril de 1974, extensivo a todas as publicações do grupo editorial Rizzoli. Este documento referia que a modificação de títulos só poderia ocorrer mediante a consulta e

⁴³ Renzo Carnevali, “Portogallo in via Solferino”, *Il Giornale nuovo*, 28 de junho, 1975, 17. Cfr: “Carnevali smentisce Michele Tito”, *Il Resto del Carlino*, 12 de julho, 1975, 8.

⁴⁴ Anna Angelini, “Cosa succede al ‘Corriere’”, *Il Resto del Carlino*, 6 de junho, 1975, 2.

⁴⁵ Cit. Carlo Rossella, “Il diavolo a via Solferino”, *Panorama*, 28 de agosto, 1975, 42.

⁴⁶ Proprietário do *Corriere della Sera*.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

respetiva anuência do autor (Borio, Granata, Ronchetti, 1975: 291).

Por último, tanto a Ordine dei Giornalisti della Lombardia como a Associazione Lombarda dei Giornalisti difundiram comunicados sobre o assunto. A ordem lombarda sublinhou que era necessário, em todos os níveis da estrutura de um jornal, acordar previamente ou informar o autor de textos jornalísticos de eventuais modificações que pudessem ocorrer no conteúdo das peças⁴⁷, enquanto a associação de jornalistas referiu que o *Corriere della Sera* havia lesado a dignidade profissional de Renzo Carnevali e violado o acordo empresarial em conformidade com o artigo 32º do contrato de trabalho nacional dos jornalistas⁴⁸.

A controvérsia que, ao longo de três meses, envolveu o diretor dos serviços internacionais do *Corriere* adquiriu *ressonante* impacto na opinião pública, sobretudo, por dois motivos: porque se tratava do mais importante jornal italiano e colocava em causa a sua tradicional linha editorial, num período inflamado do jogo político – campanha eleitoral e ascensão do PCI; porque respeitava a uma questão, a liberdade de imprensa, que figurava no topo da agenda pública desde os finais da década de 60 e, nomeadamente naquele ano de 1975, havia acentuado a pertinência em virtude, primeiro, das repercussões políticas, em Itália, do próprio “caso República” e, depois, devido às movimentações político-financeiras no *Messaggero* (colocar o diário sob influência da DC) e às condenações do ex-diretor de *Il Mondo* (dois anos de prisão efetiva) e de um jornalista do diário *L’Ora* (pena de prisão suspensa)⁴⁹.

Diversos órgãos alimentaram a discussão em redor do “caso Carnevali”, ora comentando, ora disponibilizando as suas páginas para esclarecer posições e confrontar pontos de vista. Outros jornais mais diretamente visados, como a imprensa do PCI, optaram por um silêncio que também pode ser explicado pelo desconforto que o episódio sugere. O socialista *Avanti!* escreveu que o título da primeira edição havia provocado a “imediata agitação das autoridades censórias internas que o consideraram demasiado imprudente”, acrescentando que este constituía um dos muitos exemplos que tornava “menos livre a vida de um jornal que se proclamava livre”⁵⁰. A *Voce Repubblicana* reagiu de forma irónica, registando que era sempre agradável notar progressos ao nível da liberdade de imprensa, mesmo quando esses progressos respeitavam a um importante jornal e se aplicavam a um episódio que levantava o problema da liberdade de informação⁵¹.

O proeminente semanário *Panorama* titulou na capa da edição de 28 de agosto outro enunciado sugestivo: “O ‘Corriere’ é comunista?”. No interior, a reportagem introduziu o novo rumo do tradicional órgão da burguesia lombarda da seguinte forma: “O ‘Corriere della Sera’ tornou-se filocomunista? À

⁴⁷ “L’ordine dei giornalisti e il ‘caso Carnevali’”, cit. *Il Giornale nuovo*, 11 de julho, 1975, 2.

⁴⁸ “I giornalisti lombardi danno ragione a Carnevali”, cit. *Il Giornale nuovo*, 2 agosto, 1975, 2.

⁴⁹ O ex-diretor permitiu publicar um telegrama do embaixador italiano em Lisboa sobre a situação portuguesa pós-25 de abril. O jornalista do *L’Ora* recusou divulgar fontes de informação em tribunal.

⁵⁰ “Molti censori”, *Avanti!*, 21 de maio, 1975, 1.

⁵¹ “Il Portogallo e il Corriere”, *La Voce Repubblicana*, 23 de maio, 1975, 1.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

direita têm a certeza. Muitos questionam-se ao centro. E mesmo os socialistas suspeitam que, em troca da paz sindical, o editor Rizzoli tenha acordado com o PCI um posicionamento de apoio favorável”⁵².

A questão da liberdade de imprensa serviu para o *Settimanale* desenvolver quatro reportagens sobre o “caso Carnevali” em junho e julho: “Portugal já está no ‘Corriere’”, “A comédia vermelha do ‘Corriere’” ou “Os conformistas da Rua Solferino” foram alguns dos títulos que o semanário publicou, tentando sempre explorar o peso e a influência das células comunistas dentro do jornal e as afinidades editoriais com o PCI. A última dessas reportagens, em julho de 1975, reuniu as opiniões de diversos diretores e jornalistas. Enzo Tortora, diretor do *Nuovo Quotidiano*, disse que Renzo Carnevali era provavelmente o primeiro colega português que os jornalistas italianos tinham o prazer de acolher. Já o reputado enviado especial de *Il Giorno*, Giorgio Bocca, referiu que notava, no *Corriere*, uma propensão propagandística para o projeto do *compromisso histórico* de Berlinguer, não condizente com a função de um grande jornal burguês⁵³.

O maior ataque ao colosso milanês partiu, no entanto, do *Giornale nuovo*. Determinados artigos de opinião e editoriais assumiram invulgares tons de cruzada. Efetivamente, pertenceu ao diário de Indro Montanelli a condução de uma campanha destinada a evidenciar as contradições do órgão rival que, sob a liderança de Piero Ottone, perseguia o lema de *não esconder nada*. Escrevia Montanelli⁵⁴: “Queremos apenas recordar que quando trinta redatores e vinte colaboradores abandonaram o *Corriere* e fundaram este jornal por recusar qualquer tipo de censura, toda a imprensa de esquerda escreveu que se tratava de falsos protestos. Enfim...”.

Mas estará esta investida de algum modo relacionada com a saída do *Corriere* de Montanelli e alguns fiéis companheiros jornalistas e colaboradores em outubro de 1973? Se o comentário do diretor do *Giornale* parece ser já indicativo quanto à existência de uma certa relação de causa-efeito, mais eloquente afigura-se o inflamado artigo de opinião, a quatro colunas, de Enzo Bettiza⁵⁵, outro ex-jornalista do *Corriere*. O cofundador do *Giornale* em junho de 1974 começou por dizer que o “caso Carnevali” enquadrava-se num dos “assuntos mais traumáticos da vida civil italiana: a decadência empresarial e a metamorfose ideológica, política e redaccional do *Corriere della sera*”. Enzo Bettiza recordou que a criação do *Giornale* constituíra uma consequência direta da saída do *Corriere* de um conjunto de jornalistas e intelectuais. Os motivos dessa dissidência radicavam – referiu o vice-diretor do *Giornale* – na discordância com uma linha editorial reveladora de ambiguidades políticas, na rejeição dos métodos de gestão adotados pela Direção e pela Administração e na reprovação do comportamento de Piero Ottone ao nível das relações humanas.

Enzo Bettiza considerou que a gravidade do “caso Carnevali” não se podia dissociar da dinâmica impulsionada pelo diretor Piero Ottone no sentido de deslocar o *Corriere* para a área de influência dos

⁵² Carlo Rossella, “Il diavolo...”, *Panorama*, 28 de agosto, 1975, 40.

⁵³ Massimo Tosti, “I conformisti di via Solferino”, *il Settimanale*, 30 de julho, 1975, 14-17.

⁵⁴ “Contro corrente”, *Il Giornale nuovo*, 22 de maio, 1975, 1.

⁵⁵ Enzo Bettiza, “Il caso Carnevali”, *Il Giornale nuovo*, 5 de julho, 1975, 3.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

PCI, de impelir “de maneira indolor a grande burguesia do norte rumo ao compromisso histórico”. Segundo esta lógica, o Conselho de Redação encontrava-se, por um lado, refém da hegemonia exercida por redatores comunistas e, por outro, havia-se transformado num organismo sindical subalterno ao Conselho de Fábrica, também ele manipulado por elementos comunistas: Nas palavras de Bettiza: “São os comissários políticos do partido [PCI] dentro do jornal (...). O feudo comunista, apoiado pelo conselho de fábrica, é hoje o mais forte dentro de um jornal que o *L’Unità* não define mais nem ‘burguês’, nem ‘moderado’”⁵⁶.

A questão da dominância comunista serviu para dar a conhecer outro caso que envolveu, no *Corriere*, o editorialista liberal Alberto Ronchey e Portugal. Enzo Bettiza⁵⁷ garantiu que um artigo de Ronchey havia sido bloqueado durante alguns dias, obrigando o próprio diretor a negociar com os representantes sindicais dos tipógrafos a publicação do texto que deveria ter entrado como editorial. O artigo intitulado “O imbróglio português” acabaria por ser inserido na edição de 30 de janeiro de 1975, na página 3, sendo o seu conteúdo extremamente penalizador para com os comunistas portugueses, acusados de intolerância, ânsia pelo poder e de preconizar a “fê pela ideologia fechada”⁵⁸. Michele Tito também desmentiu esta versão sobre o artigo de Ronchey.

Quando Enzo Bettiza justifica o libelo contra o *Corriere* não à luz de uma divergência episódica, mas na base de uma relação com a democracia – e aquilo que a ameaçava –, na base de uma relação com a liberdade de expressão e a censura, com o futuro próximo de Itália e da Europa ocidental, é necessário perceber que a ideia subjacente a este pensamento, partilhado por largos setores moderados ou conservadores, remete para a existência de um novo conformismo que importava combater. Para estes setores da opinião pública italiana, o novo conformismo exprimia-se através das ambições individuais, dos interesses dos partidos e grupos e, sobretudo, através de uma agitada orientação de esquerda atribuída ao PCI e aos consensos que o *compromisso histórico* de Enrico Berlinguer foi reunindo.

Considerações finais

Ao longo desta pesquisa procurou-se demonstrar que, primeiro, a receção do “caso República” refletiu o clima de peleja política clássico dos períodos eleitorais e o profundo conflito entre a Democracia Cristã e o projeto do *compromisso histórico* idealizado pelo PCI. Favoreceu ainda um certo clima de desconfiança entre socialistas e comunistas italianos, tal como sucedeu, de forma mais relevante, no âmbito da esquerda francesa. Em segundo, refletiu também, por um lado, a rivalidade existente entre o recém-criado *Il Giornale nuovo* e o *Corriere della Sera* e, por outro, a acentuada agitação que afetava, naquele período, o setor de informação em Itália, nomeadamente ao nível da liberdade de imprensa e da independência dos jornalistas. Em terceiro, inflamou um debate já em voga acerca da linha editorial do *Corriere della Sera*, o único, unanimemente reconhecido, *jornal-instituição* italiano, debate esse enquadrado na equação que opôs os designados *conformistas* do pretérito imperfeito (liberais, social democratas, socialistas

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ Alberto Ronchey, “L’imbroglione português”, *Corriere della Sera*, 30 de janeiro, 1975, 3.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

democráticos) aos *conformistas* do presente (comunistas democráticos).

Bibliografia

- Borio, Ferruccio, Granata, Clemente e Ronchetti, Sergio .1975. *Giornali nella tempesta: indagine sulla libertà di stampa e sulla crisi dell'editoria in Italia*. Torino: Eda.
- Ferro, Marc .1985. *L'histoire sous surveillance: science et conscience de l'histoire*. Paris: Calmann-Levy.
- Foucault, Michel .2005. *Arqueologia do saber*. Coimbra: Almedina.
- Goffman, Erving .1986. *Frame Analysis: an Essay on the Organization of Experience*. Boston: Northeastern University Press.
- Habermas, Jürgen .1997. *Direito e democracia. Entre facticidade e validade*, vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Mesquita, Mário .1994. “O caso República. Um incidente crítico”. *Revista de História das Ideias* 16: 507-544.
- Rebello, José .1994. “Imagens de um pretérito imperfeito”. In *O 25 de abril nos media internacionais*, Mário Mesquita e José Rebello, 81-22. Afrontamento: Porto.
- Said, Edward W .1995. *Orientalism*. London: Penguin Books.

Artigos de imprensa assinados

- Angelini, Anna. “Cosa succede al ‘Corriere’”. *Il Resto del Carlino*, 6 de junho, 1975.
- Barbato, Andrea. “Con calma verso le elezioni”. *La Stampa*, 25 de maio, 1975.
- Bertone, Franco. “Il movimento comunista e la sinistra europea”. *Rinascita*, 30 de maio, 1975.
- Cangini, Franco. “Terrorismo e fatti portoghesi nella polemica elettorale”. *La Nazione*, 23 de maio, 1975.
- Carnevali, Renzo. “Portogallo in via Solferino”. *Il Giornale nuovo*, 28 de junho, 1975.
- Corbi, Gianni. “La via italiana e il vicolo portoghese”. *L'Espresso*, 30 de março, 1975.
- Bettiza, Enzo. “Il caso Carnevali”. *Il Giornale nuovo*, 5 de julho, 1975.
- Bianchi, Lugi. “Tutti gli occhi sul Portogallo”. *Corriere della Sera*, 21 de maio, 1975.
- Fallaci, Oriana. “A colloquio con Soares”. *L'Europeo*, 6 de junho, 1975.
- _____ “La parola a Cunhal”. *L'Europeo*, 13 de junho, 1975.
- Frescobaldi, Dino. “Ford: nessun isolazionismo”. *Corriere della Sera*, 31 de maio, 1975.
- Orlandini, Flavio. “La lezione che viene da Lisbona”. *L'Umanità*, 20 de maio, 1975.
- Ottolenghi, Sandro. “Parlano i capi del Portogallo”. *L'Europeo*, 3 de abril, 1975.
- Pavolini, Luca. “Chiarezza sul Portogallo”. *L'Unità*, 22 de maio, 1975.
- Ronchey, Alberto. “L'imbroglio portoghese”. *Corriere della Sera*, 30 de janeiro, 1975.
- Rossanda, Rossana. “MFA e socialisti, un test per tutti due”. *il manifesto*, 22 de maio, 1975.
- Rossela, Carlo. “Il diavolo a via Solferino”. *Panorama*, 28 de agosto, 1975.
- Tosti, Massimo. “I conformisti di via Solferino”. *il Settimanale*, 30 de julho, 1975.
- Valentini, Giovanni. “Il Portogallo arroventa la campagna elettorale”. *Il Giorno*, 21 de maio, 1975.

Dove va il Portogallo? As repercussões do “caso República” em Itália: da apropriação política à ética jornalística

Artigos de imprensa não assinados

- “Accuse della ‘Pravda’ ai socialisti”. *Corriere della Sera*, 26 de maio, 1975.
- “Contro corrente”. *Il Giornale nuovo*, 22 de maio, 1975.
- “Dramatici sviluppi del colpo di mano comunista a Lisbona”. *Il Giornale nuovo*, 21 maio, 1975.
- “Gli occhi sul Portogallo”. *Lotta Continua*, 22 de maio, 1975.
- “I comunisti occupano il giornale socialista”. *Corriere della Sera* (2ª ed.), 20 de maio, 1975.
- “I giornalisti lombardi danno ragione a Carnevali”. *Il Giornale nuovo*, 2 agosto, 1975.
- “Il Portogallo e il Corriere”. *La Voce Repubblicana*, 23 de maio, 1975.
- “Il Portogallo e l’Italia del dopo-elezioni”. *Il Resto del Carlino*, 21 de maio, 1975.
- “Interrogazione Pli per il Portogallo”. *Il Resto del Carlino*, 22 de maio, 1975.
- “Kissinger: Mosca non interferisca in Portogallo”. *Corriere della Sera*, 15 de agosto, 75.
- “La strada dell’intolleranza”. *Corriere della Sera*, 21 de maio, 1975.
- “L’ordine dei giornalisti e il ‘caso Carnevali’”. *Il Giornale nuovo*, 11 de julho, 1975.
- “L’ultima spiaggia”. *Il Tempo*, 21 de maio, 1975.
- “Molti censori”. *Avanti!*, 21 de maio, 1975.
- “Non crociate, ma idee, programmi e fatti concreti”. *L’Unità*, 7 de junho, 1975.
- “Tensione a Lisbona fra PC e socialisti”. *Corriere della Sera* (1ª ed.), 20 de maio, 1975.
- “Un grave errore”. *Il Messaggero*, 22 de maio, 1975.
- “Unità necessaria”. *L’Unità*, 20 de maio, 1975.

Fontes e arquivos

Publicações: *Avanti!*, *Corriere della Sera*, *L’Espresso*, *L’Europeo*, *Il Giornale nuovo*, *Il Giorno*, *Lotta Continua*, *il manifesto*, *Il Messaggero*, *La Nazione*, *L’Opinione*, *Panorama*, *Il Popolo*, *Quotidiano dei Lavoratori*, *Il Resto del Carlino*, *Rinascita*, *Il Secolo d’Italia*, *il Settimanale*, *La Stampa*, *Il Tempo*, *L’Umanità*, *L’Unità*, *La Voce Repubblicana*.

Fundos documentais: Biblioteca Comunale Sormani (Milão, Itália), Biblioteca Nazionale Braidense (Milão, Itália), Biblioteca Nazionale di Roma (Itália), Biblioteca Nazionale di Firenze (Itália).

Os autores

Juan Manuel González Sáez é Doutor em História Contemporânea (*Universidad de Navarra*), licenciado em Ciências da Informação e Mestre em Marketing (*Universidad del País Vasco*). As suas principais linhas de investigação (violência política, Igreja católica e meios de comunicação) centram-se no tardo franquismo e na Transição. Participou em números congressos e publicou em revistas como *Historia Contemporánea*, *Revista Universitaria de Historia Militar*, *Historia Actual Online* o *El Argonauta Español*. (jugonzal36@gmail.com)

Miguel Angel Pérez Suárez (1975) é licenciado em Geografia e História pela *Universidad de Oviedo*. Em 2009 obteve o grau de Mestre em História Contemporânea com uma tese sobre o movimento operário em Portugal no primeiro ano do processo revolucionário. Atualmente é bolseiro da FCT, trabalhando numa tese de doutoramento com o título “O poder dos trabalhadores em Portugal (1974-79)”. (miguelao3@hotmail.com)

Sergio Sánchez Collantes (Gijón, 1979) é Doutor em História pela *Universidad de Oviedo* e professor na *Universidad de Burgos*, na área de História Contemporânea. Antes trabalhou como docente e investigador na *Universidad de La Rioja* e na de *Oviedo*, onde foi bolseiro FPU do *Ministerio de Educación*. As suas linhas de investigação incluem história política, social e cultural, ainda que a maior parte do seu trabalho seja dedicado ao republicanismo histórico e a tradição democrática no período contemporâneo. Do seu trabalho resultaram várias publicações, como os livros *Demócratas de antaño* (Trea, 2007), *Sediciosos y románticos* (Zahorí, 2011) e *El Azote de la plebe* (Zahorí, 2014). Codirigiu igualmente a obra *La escarapela tricolor. El republicanismo en la España contemporánea* (KRK, 2008) e realizou o estudo preliminar de *Proyecto de Constitución Federal del Estado Asturiano* (Trea, 2009). É autor de numerosos artigos publicados em revistas científicas e monografias coletivas, também participou em vários projetos de investigação financiados por instituições públicas e privadas. A sua atividade foi distinguida pelos prémios Juan Uría (2012) e Rosario de Acuña (2011 e 2013). Paralelamente é colunista do jornal *El Comercio* de Gijón e colaborador de revistas como *Atlántica XXII* e *Historia y Vida*, e no passado foi-o de *BBC Historia*. Atualmente faz parte do *Grupo de Investigación en Historia Sociocultural GRUHSOC* (Univ. Oviedo) e do *Grupo Consolidado Investigaciones Históricas Andaluzas HUM-331* (Univ. Málaga). (sscollantes@ubu.es)

Rita Luís é Mestre em *Estudios Avanzados en Comunicación Social* pela *Universitat Pompeu Fabra*. Bolsiera de doutoramento FCT com uma investigação sobre a receção do processo revolucionário português na imprensa tardo-franquista, é também investigadora do IHC e do *Grup de Recerca en Periodisme* -UPF. (ritaluís@gmail.com)

Marco Gomes é mestre em História das Ideologias e Utopias Contemporâneas e investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra. Enquanto bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, desenvolveu entre 2009 e 2013 o projeto de investigação no Departamento de Estudos Sociais e Políticos da Universidade de Estudos de Milão,

Os autores

subordinado ao tema “Dove va il Portogallo? A Revolução de Abril na Imprensa Italiana”. (gomes_marco78@hotmail.com)

Giulia Strippoli Giulia Strippoli é doutora em História. É investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea (FCSH/UNL). (baluginare@hotmail.com)

Flamarion Maués é Doutor e mestre em História pela Universidade de São Paulo. Autor de *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984* (São Paulo, Publisher, 2013). Realiza pós-doutorado na Universidade de São Paulo. É bolseiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e ex-bolsheiro da Fundação Calouste Gulbenkian/Portugal. (flamaues@gmail.com)

Luciana Soutelo é Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e doutoranda em História por esta mesma instituição. (lusoutelo@gmail.com)

Maria Antónia Pires de Almeida é Investigadora científica, doutorada em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE-IUL, com Pós-Doutoramento em Ciência Política no CIES, IUL. Foi Investigadora Auxiliar da FCT, UNL, onde dirigiu o projeto “A Popularização da Ciência e da Técnica em Portugal (sécs. XIX-XX)”. É autora de oito livros e de vários capítulos de livros e artigos publicados em revistas internacionais. Especializada nos temas das elites locais, transição política, memórias e biografias, história social e política, história da ciência, da medicina e da saúde pública. (mafpa@iscte.pt)

Ana Paula Gonçalves (Moçambique, 1963) licenciou-se em História pela Faculdade de Letras de Lisboa e fez Mestrado em Ciências da Educação. A sua tese incide sobre a área das Bibliotecas Escolares. É professora de História e professora bibliotecária na Escola Secundária Alfredo dos Reis Silveira – Seixal, Portugal. (ana.pg.4@gmail.com)

Manuel Pousa Castelo (1974) é licenciado em História pela *Universidad de Santiago de Compostela*, especialista em História, Geografia e Arte Galega (1998) e Doutor em História Contemporânea (2012). O seu trabalho têm-se centrado na didática da História, especialmente nos estudos sobre o ensino e a aprendizagem de temas como o Colonialismo e os Impérios do período contemporâneo. Publicou em revistas e participou em Congressos em países como a Argentina, o Chile, Itália, Índia, Portugal ou o Reino Unido. É professor na escola secundária em centros públicos desde 2002. (manuelpousa@yahoo.es)

Luis Velasco Martínez é licenciado em História (2009), posgraduado em História, Teoria e Método das Humanidades e Ciências Sociais e mestre em História Contemporânea (2010). Actualmente desenvolve a sua tese de doutoramento sobre o papel do ensino nos processos de construção nacional graças a um contrato com a *Universidad de Santiago de Compostela* no âmbito do subprograma Estatal de Formação de Doutores do *Ministerio de Economía y Competitividad del Gobierno de España*. (luis.velasco@usc.es)

Raquel Varela é Historiadora. Investigadora do [Instituto de História Contemporânea](#) da Universidade Nova de Lisboa, onde coordena o [Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais](#) e investigadora do [Instituto Internacional de História Social](#). (raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk).